



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## **Apresentação do**

### **Projeto de Resolução - Construção de um refeitório e fornecimento de refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Estou empenhado em corrigir uma injustiça que nos penaliza e envergonha. Os alunos da ilha do Corvo, mesmo os mais desfavorecidos, não têm direito a usufruir de uma refeição escolar. São os únicos do país a quem não lhes é reconhecido esse direito. Existe, inclusivamente, legislação regional e nacional que acautela o fornecimento de refeições escolares aos alunos carenciados durante as interrupções letivas e as férias escolares. A legislação mais progressista da nossa Região até já contempla a oportunidade de serem servidas refeições vegetarianas nas nossas escolas. Os alunos do Corvo não podem beneficiar de nada disto. Estão excluídos e segregados.

Trata-se de uma discriminação que dura há demasiado tempo. Os alunos do Corvo são crianças e jovens adoráveis, como todas as outras crianças e jovens do mundo. Vivem na derradeira fronteira entre a terra e o mar. Afastados de quase todos e de muitas coisas. De demasiadas coisas. Como todos os jovens têm a cabeça cheia de sonhos e utopias. São os filhos e os netos dos velhos camponeses corvinos que sobreviveram meio milénio num minúsculo mundo ocultado pela bruma e cercado por uma muralha de mar quase impenetrável.

Os jovens do Corvo são o tesouro de todos os corvinos e açorianos. As nossas crianças e jovens são uma espécie de últimos moicanos. A derradeira esperança de sobrevivência de um velho mundo em risco de extinção. É por tudo isto que a luta pela construção de um refeitório escolar na ilha do Corvo é tão emblemática e importante. Trata-se de reconhecer a todas as crianças açorianas os mesmos direitos e a mesma dignidade, com independência da ilha onde vivem.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Trata-se de corrigir uma injustiça gritante. Uma discriminação intolerável. A lei reconhece, a todos os alunos dos Açores, o direito de usufruírem de refeições escolares. Aos jovens corvinos é-lhes negado algo de que todos os outros já beneficiam. Porquê? São poucos? São diferentes? A Constituição e o Estatuto Político-Administrativo da nossa Região reconhecem-lhes menos direitos?

As crianças e jovens corvinos aguardam – todos os dias - que a consciência do poder político regional desperte em relação a este assunto.

Acredito e luto todos os dias pela construção de uma sociedade de oportunidades iguais para todos, na qual todos possam concretizar as suas aptidões e perseguir os seus sonhos. Uma sociedade de iguais que recompense o esforço e o mérito. Uma sociedade constituída por gente empedernidamente solidária. Uma sociedade em que o “Estado”, a “Região, ou qualquer outro ente público tenham como função principal redistribuir a riqueza, assegurar a justiça, promover a prosperidade e assegurar a igualdade real de oportunidades.

A melhor forma de tornar o mundo um pouco mais justo é concentrar-nos nas pequenas batalhas do dia-a-dia e persistir até que o nosso adversário reconheça a injustiça das suas ações. Temos de persistir sempre. Lutar sempre. Jamais desistir!

O Governo Regional chumbou aqui uma proposta que o PPM apresentou para que fosse construído um refeitório escolar e servidas refeições escolares na Escola Básica e Secundária Mouzinho da Silveira. O Governo Regional refugiou-se na existência de alternativas cuja existência e viabilidade não se confirmam. A injustiça, a indignidade e a exclusão permanecem. Mais uma vez, os alunos da ilha do Corvo iniciam um ano letivo sem direito a usufruírem de refeições escolares. São os únicos a quem isto sucede no nosso país.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Estou absolutamente convencido que a situação de discriminação dos alunos da ilha Corvo se irá eternizar em relação ao não fornecimento de



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

refeições escolares. Não posso aceitar que tamanha injustiça permaneça. Não consigo ficar de braços cruzados perante uma indignidade tão ultrajante.

A minha consciência não fica tranquila só porque apresentei aqui propostas que a insensibilidade de um Governo sem alma e sem sentido de justiça condena ao fracasso. Devo e posso fazer mais. Empenhar-me mais na resolução desta questão. Romper as fronteiras do bloqueio político.

Nessa medida, informo esta Câmara que a Representação Parlamentar do PPM e o meu Partido iniciarão, logo após as eleições autárquicas (para afastar qualquer suspeita de eleitoralismo), uma campanha, nos Açores e no resto do país, de mobilização cívica que alerte todas as pessoas de boa vontade para esta situação ultrajante. Vamos fazer tudo – mas mesmo tudo - o que estiver ao nosso alcance para acabar de vez com uma situação que discrimina de forma chocante as crianças e jovens da ilha do Corvo.

Horta, Sala das Sessões, 7 de setembro de 2017

O Deputado do PPM,  
Paulo Estêvão